



TRT do Rio não sabe quem movimentou R\$ 282 milhões em 2002

O Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro não tem qualquer informação sobre o servidor que movimentou R\$ 282,9 milhões em 2002, de acordo com relatório elaborado pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) a pedido da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça.

Em entrevista coletiva nesta segunda-feira (16/1), o vice-presidente da corte, desembargador Carlos Alberto Araújo Drummond, disse que enviou ofício à Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça pedindo informações sobre o relatório do Coaf. Segundo ele, o tribunal também se colocou à disposição do CNJ para qualquer esclarecimento necessário. No entanto, afirmou que para descobrir quem é o servidor, seria preciso quebrar o seu sigilo, o que não será feito.

O presidente da OAB-RJ Wadih Damous, na última sexta-feira (13/1), [exigiu](#) que o TRT do Rio revelasse o nome do juiz ou do servidor apontado pelo Coaf. No ofício, o advogado disse que "chama a atenção" que a movimentação tenha acontecido em 2002, quando um incêndio criminoso queimou 11 mil processos no tribunal.

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra 1) defendeu a apuração minuciosa das denúncias de irregularidades em movimentações financeiras atípicas feitas em 2002 no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ).

"A Amatra 1 exige e apoia a apuração minuciosa de denúncias para que não parem dúvidas sobre a conduta dos juízes do Trabalho da 1ª Região", diz nota assinada pela presidenta da associação, Áurea Sampaio. Segundo Áurea, a Amatra 1 está pronta a prestar esclarecimentos sobre pontos relacionados a seus associados.

Conforme noticiado pela **ConJur**, o relatório do Coaf [revelou](#) que 3.426 juízes e servidores do Judiciário fizeram movimentações consideradas atípicas no valor total de R\$ 855 milhões entre 2000 e 2010. Cerca de R\$ 400 milhões desse total envolvem apenas quatro pessoas no Rio, São Paulo e Bahia. As informações estão em um documento de 13 páginas que foi encaminhado na quinta-feira (12/1) ao Supremo Tribunal Federal pela corregedora do Conselho Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon.

No documento, são citadas algumas situações consideradas suspeitas, como o fato de três pessoas, duas delas vinculadas ao Tribunal da Justiça de São Paulo e uma do Tribunal de Justiça da Bahia, terem movimentado R\$ 116,5 milhões em um único ano, 2008. Segundo o relatório, em 2002, quando "uma pessoa relacionada ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região", no Rio de Janeiro, movimentou R\$ 282,9 milhões.

Ainda segundo o relatório, 81,7% das comunicações consideradas atípicas estão concentradas no TRT do Rio, Tribunal de Justiça da Bahia e o Tribunal de Justiça de São Paulo. O relatório não aponta nomes nem faz distinção entre servidores e juízes. *Com informações da Agência Brasil.*

Leia a nota da Amatra 1.



Diante das notícias publicadas pela imprensa sobre a suspeita de irregularidades em movimentações financeiras atípicas realizadas em 2002 no âmbito Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e registradas pelo relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Fazenda, a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra 1) vem a público reforçar seu compromisso com a transparência e idoneidade. A Amatra 1 exige e apoia a apuração minuciosa de denúncias para que não parem dúvidas sobre a conduta dos Juízes do Trabalho da 1ª Região e se coloca à disposição para esclarecimentos de pontos relacionados aos nossos associados.

Áurea Sampaio

Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra 1)

Date Created

16/01/2012